

A. MORAIS - Corretores e Consultores de Seguros Lda.

RELATÓRIO E CONTAS
EXERCÍCIO DE 2019



Knowing you.

A. Morais – Corretores e Consultores de Seguros, Lda.

**Relatório de Gestão
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019**

(Valores expressos em euros)

EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS

O volume de negócios decresceu cerca de 3% em comparação com o período anterior, passando de 136.918.88€ em 2018 para 132.521.55€ em 2019.

O capital social manteve-se inalterado no corrente exercício.

O capital próprio aumentou cerca de 13%, apresentando actualmente o valor de 114.061,77€.

A empresa detém uma quota própria no valor de 35.000,00€.

ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA DO EXERCÍCIO

A evolução da sociedade ao nível económico e financeiro caracterizou-se no período de 2019, pelo seguinte:

Resultados	2019	2018
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	25 212,33 €	18 551,13 €
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	18 881,57 €	12 067,37 €
Resultado antes de impostos	18 881,57 €	12 066,90 €
Imposto sobre o rendimento do período	-5 856,35 €	-3 981,34 €
Resultado líquido do período	13 025,22 €	8 085,56 €

Como se pode observar, apesar do ligeiro decréscimo do volume de negócios os resultados globais da empresa apresentam uma melhoria generalizada. Assim, os resultados antes de depreciações apresentam um aumento de cerca de 36%. O resultado operacional o resultado antes de impostos apresentam ambos um crescimento de cerca de 56%. De salientar por fim o resultado líquido do período que apresenta uma melhoria de cerca de 61% passando de 8.085,56€ em 2018 para 13.025,22€ em 2019.

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL

É expectável que nos próximos exercícios económicos a empresa continue a apresentar resultados semelhantes aos verificados nos últimos anos, mantendo assim o equilíbrio e rigor das suas políticas de gestão.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Informa-se que:

- Não existem quaisquer dívidas em mora à Segurança Social e demais entidades do Sector Público Estatal;
- Durante o exercício não foram adquiridas quotas próprias;
- Durante o exercício não se verificaram quaisquer negócios entre a Sociedade e os seus gerentes.
- Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e/ou divulgação nas contas do exercício.

Face ao crescente número de casos de infeção por COVID-19 e ao impacto que a mesma poderá ter na economia global e nos mercados financeiros, as empresas a nível mundial estão a enfrentar desafios inesperados afetando o desempenho na atividade dos diferentes negócios e indústrias. Cientes das repercussões económico-financeiras que se foram sentir em Portugal e dos consequentes efeitos negativos que terão sobre a atividade e rentabilidade da Empresa em 2020, não sendo neste momento possível quantificar estes efeitos, estamos em crer que, face à carteira de clientes de que dispomos, a continuidade das operações não será colocada em causa, pelo menos por um período de 12 meses.

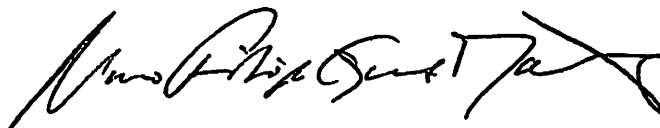
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A gerência vem submeter à Assembleia Geral a aprovação de que o resultado líquido do período de 2019, no valor de 13.025,22€, transite para a rubrica de reservas legais pelo valor de 651,26€ e para a rubrica de resultados transitados pelo valor remanescente de 12.373,96€ .

Alverca, 13 de Março de 2020

A. Morais
Corretores e Consultores de Seguros, Lda.

A Gerência



A. Morais - Corretores e Consultores de Seguros, Lda.

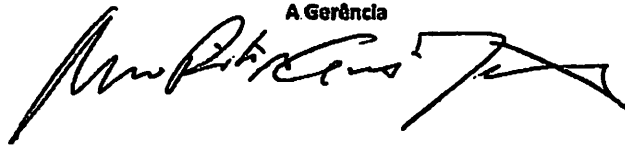
Balanço

Período findo em 31 de Dezembro de 2019

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/dez/19	31/dez/18
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	6 330,74	12 661,50
Outros investimentos financeiros	7	452,56	336,78
		<u>6 783,30</u>	<u>12 998,28</u>
Activo corrente			
Outros créditos a receber	9	16 138,60	28 467,32
Caixa e depósitos bancários	10	123 154,38	101 293,87
		<u>139 292,98</u>	<u>129 761,19</u>
Total do activo		<u><u>146 076,28</u></u>	<u><u>142 759,47</u></u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	11	50 000,00	50 000,00
Ações (quotas) próprias	11	-35 000,00	-35 000,00
Reservas legais	11	7 336,19	6 931,91
Outras reservas	11	57 517,02	57 517,02
Resultados transitados	11	21 183,34	13 502,06
		<u>101 036,55</u>	<u>92 950,99</u>
Resultado líquido do período		<u>13 025,22</u>	<u>8 085,56</u>
Total do capital próprio		<u><u>114 061,77</u></u>	<u><u>101 036,55</u></u>
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	12	148,76	447,50
Estado e outros entes públicos	8	8 231,38	5 244,16
Outras dívidas a pagar	13	23 634,37	36 031,26
		<u>32 014,51</u>	<u>41 722,92</u>
Total do Passivo		<u><u>32 014,51</u></u>	<u><u>41 722,92</u></u>
Total do capital próprio e passivo		<u><u>146 076,28</u></u>	<u><u>142 759,47</u></u>

A Gerência



O Contabilista Certificado
Nº 68021



A. Morais - Corretores e Consultores de Seguros, Lda.

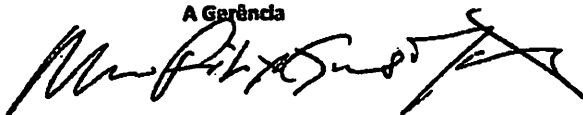
Demonstração dos resultados por naturezas

Período findo em 31 de Dezembro de 2019

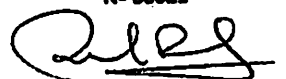
Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	DATAS	
		31/dez/19	31/dez/18
Vendas e serviços prestados	14	132 521,55	136 918,88
Fornecimentos e serviços externos	15	-54 923,10	-45 486,00
Gastos com o pessoal	16	-53 196,22	-70 261,25
Outros rendimentos	17	2 635,89	0,00
Outros gastos	18	-1 825,79	-2 620,50
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		25 212,33	18 551,13
Gastos / reversões de depreciação e amortização	6	-6 330,76	-6 483,76
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		18 881,57	12 067,37
Juros e gastos similares suportados	19	0,00	-0,47
Resultado antes de impostos		18 881,57	12 066,90
Imposto sobre o rendimento do período	20	-5 856,35	-3 981,34
Resultado líquido do período		13 025,22	8 085,56

A Gerência



O Contabilista Certificado
Nº 68021



A. Morais - Corretores e Consultores de Seguros, Lda.
Demonstração das alterações no Capital Próprio
Período findo em 31 de Dezembro de 2019

DESCRIÇÃO	Capital próprio atribuído nos demonstrativos (2) de acordo da interpretação										Valores em Euros	
	Capital subscrito	Adições (eventos) próprios	Reservas reguladoras e outras incertezas de cálculo próprias	Reservas legais	Outras reservas	Reservas estatutárias	Reservas de retribuição	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado do período	Total	Incréscimos eventuais	Total do capital próprio

1	50.000,00	-33.000,00	21.000,00	8.320,00	17.317,00	3.333,33			10.843,77	103.750,99		103.750,99
2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-10.843,77	-10.843,77	0,00	-10.843,77
3									8.083,98	8.083,98		8.083,98
4-2+3									-3.759,79	-3.759,79	0,00	-3.759,79
5	0,00	0,00	-11.000,00	0,00	0,00	10.303,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6-4+2+3+5	50.000,00	-33.000,00	0,00	8.320,00	17.317,00	13.636,33	0,00	0,00	0,00	10.843,77	0,00	10.843,77
6	50.000,00	-33.000,00	0,00	8.320,00	17.317,00	13.636,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-11.000,00
7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.083,98	-4.083,98	0,00	-4.083,98
8									13.028,22	13.028,22		13.028,22
9-7+8									4.944,24	4.944,24	0,00	4.944,24
10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6-7+8+10	50.000,00	-33.000,00	0,00	0,00	17.317,00	13.636,33	0,00	0,00	13.028,22	114.041,77	0,00	114.041,77

ALTERAÇÕES NO PERÍODO
 Primeira adopção de novo referencial contabilístico
 Alterações de políticas contabilísticas
 Diferenças de contabilidade demonstrações financeiras
 Reajuste do excedente de retribuição de activos (para tangíveis e intangíveis)
 Excedentes de retribuição de activos (para tangíveis e intangíveis) e respectivas variações
 Ajustamentos por impostos diferidos
 Outras alterações reconhecidas no capital próprio

RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO

RESULTADO INTEGRAL

OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO
 Realizações de capital
 Distribuições de prémios de emissão
 Distribuições
 Escorridos para cobertura de perdas
 Outras operações

POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2019

POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019

ALTERAÇÕES NO PERÍODO
 Primeira adopção de novo referencial contabilístico
 Alterações de políticas contabilísticas
 Diferenças de contabilidade demonstrações financeiras
 Resultado do excedente de retribuição de activos (para tangíveis e intangíveis)
 Excedentes de retribuição de activos (para tangíveis e intangíveis) e respectivas variações
 Ajustamentos por impostos diferidos
 Outras alterações reconhecidas no capital próprio

RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO

RESULTADO INTEGRAL

OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO
 Realizações de capital
 Realizações de prémios de emissão
 Distribuições
 Entradas para cobertura de perdas
 Outras operações

POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2019

POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019

A Gerência


O Contabilista Certificado
 Nº 68021



A. Morais - Corretores e Consultores de Seguros, Lda.

Demonstração de fluxos de caixa

Período findo em 31 de Dezembro de 2019

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/dez/19	31/dez/18
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		134 394,19	147 749,75
Pagamentos a fornecedores		-26 799,05	-20 234,40
Pagamentos ao pessoal		-53 481,32	-67 754,59
	Caixa gerada pelas operações	54 113,82	59 760,76
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		-3 639,34	-2 947,56
Outros recebimentos / pagamentos		-28 613,97	-54 088,53
	Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	21 850,51	2 724,67
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			-534,79
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
	Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	0,00	-534,79
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
	Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		21 850,51	2 189,88
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		101 293,87	99 103,99
Caixa e seus equivalentes no fim do período		123 154,38	101 293,87

A Gerência


O Contabilista Certificado
 Nº68021



A. Morais – Corretores e Consultores de Seguros, Lda.



**Anexo às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019**

(Valores expressos em euros)

Nota 1. Identificação da entidade

A "A. Morais – Corretores e Consultores de Seguros, Lda" (A. Morais, Lda.), com o número de identificação fiscal 501394664, matriculada sob o nº 1251 na Conservatória do Registo Comercial de Vila Franca de Xira, foi constituída em 11 de Abril de 1983 sob a forma de sociedade por quotas, com capital social no valor de 50.000,00€ totalmente realizado.

A sede da A. Morais, Lda. situa-se na Rua de Div, nº 5 2615-072 Aiverca do Ribatejo, concelho de Vila Franca de Xira onde exerce a sua actividade principal de mediação de seguros.

A A. Morais, Lda. é detida por sócios individuais, não sendo participada por qualquer empresa mãe.

Nota 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. As demonstrações financeiras anexas foram preparadas em conformidade com todas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Assim, tais demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas.

Sempre que o SNC não responda a aspectos particulares de transacções ou situações, são aplicadas, supletivamente, e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB e respectivas interpretações SIC-IFRIC.

2.2. Na preparação das demonstrações financeiras anexas, não foram derogadas quaisquer disposições constantes do SNC.

2.3. As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados na preparação das demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2019 são comparáveis com as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração utilizados na preparação das demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2018. Assim, os conteúdos das contas do balanço e da demonstração dos resultados de 31 de Dezembro de 2019 são, em todos os aspectos materialmente relevantes, comparáveis com os conteúdos das contas de balanço e da demonstração dos resultados do exercício anterior.

Nota 3. Principais políticas contabilísticas, estimativas e julgamentos relevantes

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos. Organizados e elaborados segundo as disposições do normativo contabilístico vigente em Portugal.

O Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho (na sequência da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho), aprovou a criação do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), normativo atualmente em vigor que engloba os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

3.1. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis, encontram-se registados de acordo com o modelo do custo, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. O processo do registo contabilístico das depreciações inicia-se no exercício em que os bens entraram em funcionamento, sendo as respectivas quotas anuais calculadas e registadas como se os bens tivessem entrado em funcionamento no início de tal exercício.

4M-

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

Equipamento de transporte	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 6

Os dispêndios com reparações que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em melhorias significativas nos bens dos activos fixos tangíveis são registados como gastos dos períodos em que são incorridos. Os dispêndios com manutenção e conservação destes activos são registados como gastos dos períodos em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

3.2 Outros investimentos financeiros

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital encontram-se registados ao custo de aquisição.

3.3 Instrumentos financeiros

3.3.1 Clientes e outros créditos a receber

Os clientes e outros créditos a receber, encontram-se mensurados de acordo com o método do custo.

3.3.2 Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas a fornecedores ou outras contas a pagar são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

3.3.3 Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a "Imposto sobre o rendimento do período" representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da A. Morais, Lda. de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respectivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos, só são reconhecidos quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2019, não foram identificadas situações justificativas da constituição de impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

3.3.4 Juros de valor e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas, a gerência da A. Morais, Lda. adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efectuadas pela gerência da A. Morais, Lda. foram efectuadas com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras dizem respeito à definição das vidas úteis dos activos fixos tangíveis e análises de imparidade, nomeadamente das contas de clientes e outros créditos a receber.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes.

No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração dos resultados de forma prospectiva.

3.3.5 Imparidade de activos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperável, é efectuada uma avaliação da imparidade dos activos. Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)", ou na rubrica "Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)", caso a mesma respeite a activos não depreciáveis.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica supra referida. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

3.3.6 Activos e Passivos Contingentes

Os activos contingentes são possíveis activos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. A Empresa não reconhece activos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o activo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afecte benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

3.3.7 Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

Nota 4. Fluxos de caixa

Os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso imediato.

M-

Nota 5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

- (a) Tal como mencionado na nota 2.3., as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados na preparação das demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2019 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2018.
- (b) Não foram efectuadas alterações significativas nas estimativas contabilísticas incluídas nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2019 quando comparadas com as estimativas contabilísticas incluídas nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2018.
- (c) Não foram identificados erros materiais que afectem as demonstrações financeiras de períodos anteriores.

Nota 6. Activos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos a 31 de Dezembro de 2019 e 2018, os movimentos ocorridos nos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Total
Quantia escriturada bruta inicial	24 610,00	72 611,65	97 221,65
Depreciações acumuladas iniciais	-12 305,00	-72 255,15	-84 560,15
Quantia escriturada líquida inicial	12 305,00	356,50	12 661,50
Adições			0,00
Aquisições de activos			0,00
Revalorizações Depreciações acumuladas de activos abatidos			0,00
Outras			0,00
Total das adições	0,00	0,00	0,00
Diminuições			
Depreciações	-6 152,50	-178,26	-6 330,76
Perdas por imparidade			0,00
Alienações			0,00
Abates			0,00
Outras			0,00
Total das diminuições	-6 152,50	-178,26	-6 330,76
Quantia escriturada líquida final	6 152,50	178,24	6 330,74

Nota 7. Outros investimentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica Outros investimentos financeiros apresentava as seguintes quantias:

	2019	2018
Fundo Compensação do Trabalho	452,56	336,78
Total	452,56	336,78

PM

Nota 8. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica Estado e outros entes públicos apresentava as seguintes quantias:

	2019		2018	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento pessoas colectivas		4 176,35		1 959,34
Imposto sobre o rendimento pessoas singulares		2 222,50		1 117,00
Contribuições para a segurança social		1 816,03		2 160,84
Fundos de compensação do trabalho		16,50		6,98
Total	0,00	8 231,38	0,00	5 244,16

Nota 9. Outros créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica outros créditos a receber apresentava os seguintes valores:

	2019	2018
Companhias de seguros - Recibos a cobrar (1)	0,00	422,85
Recibos para cobrança - Segurados (1)	15 370,92	27 016,95
Comissões variáveis (2)	0,00	1 027,52
Fornecedores	17,68	0,00
Outros	750,00	0,00
Total	16 138,60	28 467,32

(1) - Conforme listagem de recibos à cobrança mensal

(2) - Conforme facturas

Nota 10. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica caixa e depósitos bancários apresentava os seguintes saldos:

	2019	2018
Caixa	2 950,69	2 752,91
Depósitos bancários	120 203,69	98 540,96
Total	123 154,38	101 293,87

Nota 11. Capital e reservas legais

O capital está representado por quatro quotas, três no valor de 5.000,00€ cada e uma de 35.000,00€. O capital encontra-se totalmente subscrito e realizado.

O Código das Sociedades Comerciais estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação das entidades, podendo ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

A empresa detém uma quota própria no valor de 35.000,00€.

O resultado líquido de 2018 foi transferido para reservas legais, no montante de 404,28€, e para resultados transitados, no montante de 7.681,28€.

4 M-

Nota 12. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica fornecedores apresentava as seguintes maturidades:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<90 dias	148,76	447,50
90 - 180 dias		
> 180 dias		
Total	<u>148,76</u>	<u>447,50</u>

Nota 13. Outras dívidas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica outras dívidas a pagar apresentava os seguintes valores:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Remunerações a liquidar	8 263,45	8 591,46
Devedores e credores diversos		
Devedores de Imobilizado	0,00	0,00
Companhias de seguros - recibos a cobrar (1)	15 370,92	27 016,95
Recibos para cobrança - Segurados (1)	0,00	422,85
	<u>15 370,92</u>	<u>27 439,80</u>
Total	<u>23 634,37</u>	<u>36 031,26</u>

(1) - Conforme listagem de recibos à cobrança mensal

Nota 14. Vendas e serviços prestados

Nos exercícios de 2019 e 2018, a rubrica de vendas e de prestações de serviços apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Serviços prestados	132 521,55	136 918,88
Total	<u>132 521,55</u>	<u>136 918,88</u>

(Ver nota 26)

Nota 15. Fornecimentos e serviços externos

Nos exercícios de 2019 e 2018, a rubrica de fornecimentos e serviços externos apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2019</u>		<u>2018</u>	
Subcontratos		0,00		0,00
Serviços especializados:				
Trabalhos especializados	5 043,00		5 504,25	
Publicidade e propaganda	10,33		0,00	
Vigilância e segurança	113,63		113,63	
Honorários	7 614,00		1 960,00	
Comissões	0,00		0,00	
Conservação e reparação	2 731,76		3 852,60	
Serviços bancários	<u>365,14</u>	15 877,86	<u>314,75</u>	11 745,23
Materiais:				
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	34,70		155,96	
Livros e documentação técnica				
Material de escritório	2 991,43		1 788,17	
Artigos p/oferta	47,81		0,00	
Outros		<u>3 073,94</u>		<u>1 944,13</u>
Energia e fluidos				
Electricidade	1 101,96		1 079,84	
Combustíveis	2 351,21		2 393,00	
Água	193,33		129,49	
Outros		<u>3 646,50</u>		<u>3 602,33</u>
Deslocações, estadas e transportes:				
Deslocações e estadas	14 590,35		16 621,96	
Transportes de pessoal				
Transportes de mercadorias				
Outros		<u>14 590,35</u>		<u>16 621,96</u>
Serviços diversos:				
Rendas e alugueres	6 370,00		6 000,00	
Comunicação	3 634,11		3 369,31	
Seguros	797,14		1 888,17	
Contencioso e notariado	185,01		207,78	
Despesas representação	6 603,08			
Limpeza higiene e conforto	145,11		107,09	
Outros serviços		<u>17 734,45</u>		<u>11 572,35</u>
Total		<u><u>54 923,10</u></u>		<u><u>45 486,00</u></u>

PM-

Nota 16. Gastos com o pessoal

Nos exercícios de 2019 e 2018, a rubrica de gastos com pessoal apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Remunerações dos órgãos sociais	23 326,00	23 334,00
Remunerações do pessoal	19 039,20	32 128,52
Indemnizações	0,00	740,75
Encargos sobre remunerações	9 878,57	12 933,66
Fundo de garantia de compensação no trabalho	9,72	6,36
Seguros	686,38	602,81
Outros gastos com pessoal	256,35	515,15
Total	53 196,22	70 261,25

Os outros gastos com o pessoal englobam, nomeadamente, formação, gastos relacionados com a medicina, higiene e segurança no trabalho.

O número médio de empregados da A. Morais, Lda. ao longo do ano e o número no fim do período foram de:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Número médio de empregados	2	3
Número de empregados no fim do período	3	3

Nota 17. Outros rendimentos

Nos exercícios de 2019 e 2018, a rubrica de outros rendimentos apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Outros rendimentos	2 635,89	0,00
Total	2 635,89	0,00

Nota 18. Outros gastos

Nos exercícios de 2019 e 2018, a rubrica de outros gastos apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Impostos	1 609,63	2 011,80
Outros gastos e perdas	216,16	608,70
Total	1 825,79	2 620,50

M-

Nota 19. Juros e gastos similares suportados

Nos exercícios de 2019 e 2018, os juros e gastos similares suportados foram os seguintes:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Juros suportados	0,00	0,47
Total	0,00	0,47

Nota 20. Imposto sobre o rendimento do período

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos na demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 podem ser detalhados como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Imposto corrente	5 856,35	3 981,34
Imposto diferido	0,00	0,00
	5 856,35	3 981,34

A estimativa do imposto corrente do período foi efectuada da seguinte forma:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Resultado antes de impostos	18 881,57	12 066,90
Gastos não aceites fiscalmente	216,16	268,21
Deduções aceites fiscalmente	0,00	0,00
Prejuízos fiscais dedutíveis	0,00	0,00
Matéria colectável (1)	19 097,73	12 335,11
Taxa de imposto (2)	17% / 21%	17% / 21%
Imposto sobre o rendimento	3 410,52	2 096,97
Tributações autónomas	2 445,83	1 884,37
Imposto corrente	5 856,35	3 981,34

(1) Matéria colectável tributada se valor > 0

(2) A taxa normal de imposto é de 21%, beneficiando a empresa da taxa reduzida de 17% para 15.000,00€ de matéria colectável, por estar certificada pelo IAPMEI como PME.

Nota 21. Passivos contingentes

Em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2019, não se considerou nenhuma provisão devida a eventuais passivos contingentes, pelo facto do órgão de gestão não ter identificado quaisquer situações justificativas para o fazer.

Nota 22. Acontecimentos após a data do Balanço

A gerência não tem conhecimento de quaisquer acontecimentos em 2020 que possam ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras da A. Morais, Lda. do período findo em 31 de Dezembro de 2019.

Faço ao crescente número de casos de infeção por COVID-19 e ao impacto que a mesma poderá ter na economia global e nos mercados financeiros, as empresas a nível mundial estão a enfrentar desafios inesperados afetando o desempenho na atividade dos diferentes negócios e indústrias. Cientes das repercussões económico-financeiras que se farão sentir em Portugal e dos consequentes efeitos negativos que terão sobre a atividade e rentabilidade da Empresa em 2020, não sendo neste momento possível quantificar estes efeitos, estamos em crer que, face à carteira de clientes de que dispomos, a continuidade das operações não será colocada em causa, pelo menos por um período de 12 meses.

Nota 23. Data de autorização para emissão

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2019 foram aprovadas pela gerência e autorizadas para emissão em 28 de Fevereiro de 2020.

Nota 24. Aplicação do Resultado Líquido do período

O resultado líquido do período de 2019, no valor de 13.025,22€, será aplicado em reservas legais pelo valor de 651,26€ e em resultados transitados pelo valor remanescente de 12.373,96€.

Nota 25. Divulgações exigidas por diplomas legais

A Gerência Informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, e que a sua situação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Nota 26. Prestação do serviço de mediação de seguros

a) Políticas contabilísticas adoptadas para reconhecimento das remunerações

O corretor/agente de seguros reconhece o rédito/remuneração de acordo com as normas em vigor, sendo que, em particular e por regra – embora admita excepções – no exercício da actividade de mediação de seguros, reconhece contabilisticamente o rendimento aquando da prestação de contas do mediador às empresas de seguros e da prestação de contas das empresas de seguros ao mediador.

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo

	Remunerações	
	2018	2019
Por natureza		
Numerário	136 918,88	132 521,55
Espécie		
Total	136 918,88	132 521,55

	Remunerações	
	2018	2019
Por tipo		
Comissões	136 918,88	132 521,55
Honorários		
Outras remunerações		
Total	136 918,88	132 521,55

PM

c) Total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregadas por Ramo "Vida", Fundos de Pensões e conjunto dos ramos "Não Vida, e por origem

	Remunerações					
	Ramo Vida		Ramo Não Vida		Fundos de Pensões	
	2018	2019	2018	2019	2018	2019
Por entidade (origem)						
Empresas de seguros	40,52	5 647,92	136 878,36	126 873,63		
Outros mediadores						
Clientes						
Total	40,52	5 647,92	136 878,36	126 873,63	0,00	0,00

d) Níveis de concentração das remunerações auferidas pela carteira

	Remunerações %	
	2018	2019
Por entidade (origem)		
Empresas de seguros	100%	100%
Outros mediadores		
Clientes		
Total	100%	100%

e) Valores das contas "Clientes"

	Valores das contas "clientes"	
	2018	2019
Início do exercício	2 432,63	2 426,16
Final do exercício	2 426,16	2 402,68
Volume movimentado no exercício		
Adóbito	402 707,89	366 063,91
Acrédito	402 701,42	366 087,39

f) Créditos a receber e dívidas a pagar desagregadas por origem

	Saldo contabilístico existente no final do exercício			
	Créditos a receber		Dívidas a pagar	
	2018	2019	2018	2019
Por entidade (origem)				
Tomadores de seguro, segurados ou beneficiários	26 594,10	15 370,92	26 594,10	15 370,92
Empresas de seguros				
Empresas de resseguros				
Outros mediadores				
Clientes (outros)				
Total	26 594,10	15 370,92	26 594,10	15 370,92

SP MM-

g) Valores agregados incluídos nos créditos a receber e dívidas a pagar

	Saldo contabilístico existente no final do exercício			
	Créditos a receber		Dívidas a pagar	
	2018	2019	2018	2019
Per natureza				
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro				
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro	26 594,10	15 370,92	26 594,10	15 370,92
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de (res)seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários (ou empresas de seguros no caso da actividade de mediação de resseguros)				
Remunerações respeitantes a prémios de (res)seguro já cobrados e por cobrar				
Outras quantias				
	26 594,10	15 370,92	26 594,10	15 370,92

h) Idade das contas a receber vencidas à data de relato (final do período)

	Até 30 dias		Até 60 dias		Até 90 dias	
	2018	2019	2018	2019	2018	2019
Contas a receber						
Sem imparidade	21 275,28	12 296,74	5 318,82	3 074,18		
Com imparidade						
Total	21 275,28	12 296,74	5 318,82	3 074,18	0,00	0,00

II empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corretor de seguros representam, cada uma, pelo menos 5% do total das remunerações

	Remunerações			
	Ramo Vida / Não Vida / Fundo de Pensões			
	Valor		%	
	2018	2019	2018	2019
Empresas de seguros				
Companhia de seguros Allianz Portugal, SA	37 084,74	31 138,03	27,09%	23,50%
Victória Seguros, SA	709,31	717,36	0,52%	0,54%
Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, SA	12 576,52	14 176,93	9,19%	10,70%
Companhia de Seguros Império Boançã, SA	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Lusitânia, Companhia de Seguros, SA	531,75	992,68	0,39%	0,75%
Companhia de Seguros Açoreana, SA	97,38	0,00	0,07%	0,00%
Companhia de Seguros Tranquilidade, SA	272,92	0,00	0,20%	0,00%
Generali Companhia de Seguros, SA	5 972,00	2 755,94	4,36%	2,08%
Axa Portugal, Companhia de Seguros, SA	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Mapfre Seguros Gerais, SA	465,32	658,32	0,34%	0,50%
Liberty Seguros, SA	6 236,68	5 241,67	4,56%	3,96%
MetLife, Inc	754,43	666,67	0,55%	0,50%
Macif	0,00	0,00	0,00%	0,00%
SaudePrime - UnlimitedCare, Lda.	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Caravela Seguros	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Ageas	5 643,29	8 739,15	4,12%	6,59%
Seguradoras Unidas	66 438,19	67 163,45	48,52%	50,68%
Innovarisk	136,35	271,35	0,10%	0,20%
	136 918,88	132 521,55	100,00%	100,00%

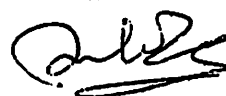
Alverca, 13 de Março de 2020

A Gerência



O Contabilista Certificado

Nº68021



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de A. MORAIS - Corretores e Consultores de Seguros Lda., (a Empresa) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 146.076,28 euros e um total de capital próprio de 114.061,77 euros, incluindo um resultado líquido de 13.025,22 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de A. MORAIS - Corretores e Consultores de Seguros Lda. em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Empresa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Empresa de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que a auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 2 de abril de 2020



KRESTON & ASSOCIADOS - SROC, LDA.
Representada por João José Lopes da Silva